

# FORMULÁRIO DE CRÍTICAS E SUGESTÕES

## CONSULTA PÚBLICA Nº 01/2012

NOME: Joel Ravelli Junior

| <input type="checkbox"/> agente<br><input checked="" type="checkbox"/> usuário<br><input type="checkbox"/> representante de órgão de classe ou associação | <input type="checkbox"/> representante de instituição governamental<br><input type="checkbox"/> representante de órgãos de defesa do consumidor<br><input checked="" type="checkbox"/> outros, especificar: <u>Desenvolvedor de Software</u> |  |
|---|--|--|
| <b>Consulta Pública sobre os Procedimentos para exame de pedidos de patentes envolvendo invenções, implementadas por programa de computador.</b>          |  |  |
| ITEM DAS DIRETRIZES   | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO  | JUSTIFICATIVA  |
| <b>1</b>  | Remover esse documento e adequar a lei para que não permita as patentes.   | Não devemos utilizar registros de patentes no Brasil, pois causarão estagnação intelectual e distorções, prejudicando vários setores, inclusive o governo. Eu como desenvolvedor, quando preciso programar algo para países que existem essa prática, tenho que tomar cuidado para não utilizar alguma patente no meu software, algumas vezes usando códigos ineficientes. |
|   |  |  |
|   |  |  |
|   |  |  |
|   |  |  |
|   |  |  |

Este formulário deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: [saesp@inpi.gov.br](mailto:saesp@inpi.gov.br) ou por fax (0xx21) 3037-3638 ou ainda diretamente a uma das Recepções do INPI.

RESPONSÁVEL: Joel Ravelli Junior

DATA DE ENVIO: 21/03/12

RESPOSTA:

O Art. 6º da Lei da Propriedade Industrial 9279/96 (LPI) garante ao inventor o direito de obter a patente que lhe auferir a propriedade sobre seu objeto de invenção. A não concessão de patentes para invenções implementadas por programa de computador, mais especificamente de processos, configuraria dar tratamento diferenciado a diferentes setores da tecnologia meramente devido à sua forma de implementação, ferindo o direito do inventor, e contrariando o Art. 27 do Tratado TRIPS (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), do qual o Brasil é signatário.

Esclarecemos que o objetivo principal das Diretrizes apresentadas é o de uniformizar os procedimentos de exame de pedidos de patente envolvendo criações que se referem ou se baseiam em implementações por programa de computador, e com isso divulgar a posição do INPI com relação à LPI, em especial do seu Art. 10. Não compete ao INPI criar ou modificar leis.